

A "INSTRUÇÃO SOBRE A VOCAÇÃO DO TEÓLOGO NA IGREJA"

OBSERVAÇÃO PRELIMINAR

Em 24 de maio de 1990 a Congregação para a Doutrina da Fé publicou uma "Instrução" sobre a vocação eclesial do teólogo, que tornou-se o ponto de partida para um debate inesperadamente quente. No que segue será mais uma vez impresso o texto com que então apresentei a Instrução à imprensa; penso que, independentemente de toda polêmica, isto continua sendo apropriado para explicar a estrutura e a intenção do documento. Numa segunda parte tento responder a algumas das objeções mais importantes, para dessa forma retomar o diálogo, que – apesar de quase sempre de uma forma negativa – teve início com a publicação da Instrução.

1. Apresentação

A importância do teólogo e da teologia para toda a comunidade dos crentes passou a ser visível de uma maneira nova no Concílio Vaticano II. Antes a teologia era vista como ocupação de um pequeno círculo de clérigos, como um assunto elitista e abstrato, que quase não conseguia despertar nenhum interesse para a opinião pública na Igreja. A nova maneira de ver e de expressar a fé, que se impôs no concílio, foi fruto do drama, anteriormente pouco percebido, de uma reorientação teológica iniciada após a Primeira Guerra Mundial, associada a novas correntes do espírito. A tendência liberal dominante, com seu ingênuo otimismo do progresso, havia-se tornado frágil nos horrores da guerra, e com ela também o modernismo teológico, que tentara adaptar a fé à visão liberal do mundo. O movimento litúrgico, o movimento bíblico e ecumênico, e por último um intenso movimento mariano criaram um novo clima espiritual,

do qual nasceu também uma teologia que no Concílio Vaticano II tornou-se fecunda para toda a Igreja. Os próprios bispos foram surpreendidos por uma teologia que em parte ainda lhes era pouco familiar, e de boa vontade deixaram-se conduzir pelos teólogos, como seus mestres em um terreno que eles até então desconheciam, embora as últimas decisões sobre o que podia ser apresentado como afirmação do concílio, e com isso da Igreja, também continuasse confiada aos Padres.

O dinamismo desta evolução teve continuidade após o concílio; os teólogos passaram a sentir-se mais e mais como os verdadeiros mestres da Igreja, os mestres inclusive dos bispos. A partir do concílio eles foram descobertos também pelos meios de comunicação, para os quais passaram a ser interessantes. O magistério da Santa Sé passou a ser visivelmente considerado como o último resquício de um fracassado autoritarismo. A impressão era que, com a insistência sobre a autoridade por parte de uma instância extracientífica, pretendia-se controlar o pensamento, embora o caminho do conhecimento não pudesse ser estabelecido pela autoridade, mas dependesse unicamente da força dos argumentos. Tornou-se dessa forma necessária uma nova consciência da posição da teologia e do teólogo, bem como de sua relação com o magistério, que tenta entender uma e outra a partir de sua lógica interna, com isso servindo não apenas à paz na Igreja mas sobretudo também a uma reta forma de ligação entre fé e razão.

É a esta tarefa que a Instrução tenta servir. Em última análise se trata de um problema antropológico. Quando religião e razão não conseguem retamente se encontrar, a vida espiritual do Homem se desfaz, seja em um acanhado racionalismo tecnicista, seja em um sombrio irracionalismo. A onda de esoterismo que observamos hoje mostra que no racionalismo positivista dominante as camadas mais profundas da condição humana não conseguem mais ser integradas, e por isso as formas atávicas da superstição voltam a ganhar ascendência sobre o Homem. O positivismo nega a capacidade do Homem para a verdade; o conhecimento humano estaria limitado ao que pode ser feito e comprovado; quando se deixa de lado o terreno do que é factível, o irracional assume as rédeas. Aparentemente livre, o Homem

passa a ser escravo de poderes imperscrutáveis. Por isso a Instrução coloca o tema da teologia dentro do grande horizonte da capacidade do Homem para a verdade e de sua verdadeira liberdade. A fé cristã não é nenhum passatempo, nem a Igreja um clube ao lado de outros clubes semelhantes, ou mesmo diferentes. Pelo contrário, a fé responde à pergunta primordial pela origem e o destino do Homem. Ela refere-se aos problemas básicos que Kant considerava como o ponto central da filosofia: Que é que eu posso saber? Que devo fazer, que posso esperar? Que é o Homem? Noutras palavras: a fé tem que ver com a verdade, e só se o Homem for capaz de conhecer a verdade é que se pode dizer que ele é chamado a ser livre.

No ABC da fé, o primeiro lugar é ocupado por esta afirmação: No princípio era o *Logos*. A fé nos mostra que a eterna razão é o fundamento de todas as coisas, ou que as coisas são desde a origem razoáveis. A fé não pretende oferecer ao Homem nenhuma espécie de psicoterapia, *sua* psicoterapia é a verdade. Por isso ela é universal e essencialmente missionária. Por isso também, como dizem os Padres, a fé a partir de dentro é *quaerens intellectum*, está em busca de compreender. O compreender, ou seja, o ocupar-se racionalmente com a palavra que nos é dada, é um elemento constitutivo da fé cristã. Produz necessariamente teologia; isto, aliás, do ponto de vista da história das religiões, distingue a fé cristã de todas as demais religiões. A teologia é um fenômeno especificamente cristão, que resulta da estrutura da fé.

Mas em que é que a teologia se distingue da filosofia da religião e da ciência profana da religião? Exatamente pelo fato de a razão humana saber que não ficou entregue a si mesma. A razão é antecedida por uma palavra que na verdade é lógica e razoável, mas que não procede dela mesma, que lhe foi dada e que portanto sempre a supera. Esta palavra continua sendo uma tarefa que em nossa história nós nunca podemos esgotar. Teologia é reflexão do que nos foi dito por Deus, do que foi pensado por Deus. Quando abandona essa base sólida, ela dissolve-se como teologia, e então torna-se inevitável a queda no ceticismo, a divisão da existência em racionalismo e irracionalismo.

Mas voltemos à nossa Instrução. Ela se ocupa com a tarefa do teólogo dentro desta grande moldura, com isto tornando visível

a grandeza da missão do teólogo. Em sua estrutura chama atenção que o princípio não está no magistério, mas sim na apresentação da verdade como um dom de Deus a seu povo. A verdade da fé não é dada ao indivíduo isolado, mas com ela Deus quis estabelecer história e comunidade. Ela tem seu lugar no sujeito comunitário do povo de Deus, a Igreja. Em seguida é apresentada a vocação do teólogo. Só então é que vem o magistério e a relação mútua entre os dois. Isto significa duas coisas:

a) A teologia não é pura e simplesmente uma função auxiliar do magistério; ela não se limita a reunir argumentos para o que é apresentado pelo magistério. Pois nesse caso magistério e teologia estariam próximos da ideologia, onde se trata apenas de conquistar e de manter o poder. A teologia possui sua origem própria; baseando-se em São Boaventura, o documento menciona duas raízes da teologia na Igreja: por um lado o dinamismo voltado para a verdade e a compreensão, que se encontra na fé; e por outro também o dinamismo do amor, que deseja conhecer melhor a quem ama. Correspondem a isto duas linhas da teologia, mas duas linhas que se interpenetram mutuamente: uma mais voltada para fora, que se empenha pelo diálogo com todas as buscas racionais da verdade no mundo; e outra mais voltada para dentro, que deseja fundamentar a lógica e a profundidade da fé.

b) O documento se ocupa com a questão da missão eclesial do teólogo, não no dualismo magistério-teologia, mas sim nesta relação triangular: o Povo de Deus como portador do senso da fé e como lugar comum de toda a fé, de todo o magistério e teologia. A evolução dogmática dos últimos 150 anos aponta com clareza para esta ligação. Os dogmas de 1854, 1870 e 1950 tornaram-se possíveis por terem sido encontrados pelo senso da fé, por o magistério e a teologia terem sido guiados por eles, tentando aos poucos alcançá-lo.

Com isto já se afirma também a substancial eclesialidade da teologia. Teologia nunca se confunde simplesmente com a ideia particular de um teólogo. Como tal não poderia ter grande importância; logo perderia o significado. Pelo contrário, o espaço vital do teólogo é a Igreja, como sujeito vivo e que permanece ao longo das transformações históricas; nela são preservadas as expe-

riências de fé feitas com Deus. A teologia só pode manter sua importância histórica quando reconhece este seu espaço vital, nele se integra, e adquire participação nele a partir de dentro. Por isso, para o teólogo a Igreja não é nenhuma organização exterior e estranha. Como sujeito comum, que ultrapassa a estreiteza individual, ela garante a possibilidade de a teologia atuar com eficiência. Compreende-se, assim, que para o teólogo duas coisas sejam essenciais; por um lado o rigor metódico, que faz parte da atividade científica; o documento, então, aponta para a filosofia e para as ciências históricas e humanas como parceiros privilegiados do teólogo. Mas por outro lado ele necessita também de participação interior na vida da Igreja; da fé, que é oração, meditação, vida. É só dentro deste conjunto que existe teologia.

Também pode resultar daí uma compreensão orgânica do magistério. Da teologia faz parte a Igreja, dissemos. Mas a Igreja só será mais do que uma organização externa dos crentes se possuir voz própria. A fé vem antes da teologia; ela é a busca de compreender a palavra que não foi inventada por nós, que desafia nosso pensar, mas nunca submerge nele. Esta palavra que antecede a pesquisa teológica é a medida da teologia; ela necessita de seu órgão próprio, o magistério, que Cristo entregou aos apóstolos e através deles a seus sucessores. Não quero aqui entrar em detalhes como o documento desenvolve a relação entre magistério e teologia. Sob o título de “colaboração mútua” ele apresenta a tarefa própria de ambos e as formas de sua reta convivência. A superioridade da fé, que confere ao magistério a autoridade e o direito último de decisão, não anula a independência da pesquisa teológica; pelo contrário, é ela que confere vigor à sua base. O documento não deixa de mencionar que mesmo no caso mais favorável podem existir tensões, mas que, quando de ambos os lados se insiste no reconhecimento das relações íntimas de suas funções, elas são fecundas. O texto apresenta também as diferentes formas de ligação que resultam dos vários níveis do magistério. Ele diz – de certo pela primeira vez com toda essa clareza – que existem decisões do magistério que não podem, como tais, ser a última palavra no assunto, mas que, apesar de basicamente fundamentadas, são também um sinal da prudência pastoral, uma espécie de disposição temporária. Seu nú-

cleo permanece válido, mas os detalhes decorrentes das circunstâncias podem necessitar de correções. Podem ser lembradas aqui as manifestações dos papas do século passado sobre a liberdade religiosa, ou as decisões antimodernistas do início deste século, sobretudo as decisões da Comissão Bíblica de então. Estas manifestações permanecem plenamente justificadas como advertências contra adaptações apressadas e superficiais; ninguém menos do que Johann Baptist Metz, por exemplo, disse que as decisões antimodernistas da Igreja prestaram o grande serviço de evitar que ela afundasse no mundo burguês-liberal. Em seus detalhes, no entanto, os conteúdos dessas determinações foram superados depois de haverem cumprido o serviço pastoral na situação em que surgiram.

Na segunda parte do último capítulo, contrastando com estas formas sadias de tensão, é tratada, sob o título de "Dissenso", uma forma falha, onde a Instrução se ocupa com um assunto surgido nos Estados Unidos nos anos 1960. Quando a teologia se organiza pelo princípio da maioria e cria um magistério oposto que oferece aos fiéis formas de ação alternativas, deixa de realizar o que para ela é essencial. Passa a ser um fator político, manifesta-se em estruturas de poder e insiste no modelo político da maioria. Ao separar-se do magistério ela perde o chão debaixo dos pés, e quando se afasta do terreno do pensamento para o jogo do poder falsifica também sua natureza científica, dessa forma perdendo as duas bases de sua existência.

A Instrução foi publicada com a esperança de que distinguir entre formas sensatas de tensão e uma oposição errônea e inaceitável entre teologia e magistério pode ser útil para desanuviar o clima na Igreja. A Igreja precisa de uma sã teologia. A teologia precisa da voz viva do magistério. A Instrução deseja contribuir para um diálogo renovado entre magistério e teologia, para com isso prestar um serviço à Igreja no final do segundo milênio, e com ele um serviço à humanidade na luta pela verdade e pela liberdade.

2. Pontos da discussão do texto

A Instrução que acabamos de apresentar aqui rapidamente provocou uma polêmica que em parte assumiu tons violentos. O